

**FACULDADE DOCTUM DE JOÃO MONLEVADE
INSTITUTO ENSINAR BRASIL – REDE DOCTUM DE ENSINO**

A CONTABILIDADE NAS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS

Aline Cristina de Souza*

Gláucia Aparecida Mendes Soares**

RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal estudar a Contabilidade Eclesiástica que é aplicável às igrejas, entidades que pertencem ao Terceiro Setor. O estudo tem a finalidade de verificar os registros contábeis das igrejas e capelas da Paróquia Nossa Senhora de Fátima na cidade de João Monlevade em Minas Gerais. Este trabalho tem também, a finalidade de comprovação da seriedade da entidade, analisar as peculiaridades contábeis das entidades do Terceiro Setor. Verificar a transparência necessária de suas informações perante a sociedade e a mensuração contábil realizada na Paróquia. As paróquias possuem amplo espaço para a atuação de um contador, já que seus administradores, os padres, não possuem formação qualificada para tamanha responsabilidade. A paróquia analisada possui registros contábeis, presta contas à Diocese de Itabira e Coronel Fabriciano, com sua sede na cidade de Itabira. Apresenta seus relatórios aos membros, comprovando sua preocupação com relação à transparência das informações. As Instituições Religiosas vem ocupando espaços cada vez maiores no Brasil e no mundo, e a

*Graduando em Ciência Contábeis na Faculdade Doctum em João Monlevade;
alinypopi@hotmail.com

** Professora orientadora da Faculdade Doctum em João Monlevade; promovefiscal@yahoo.com.br

Contabilidade precisa se atualizar para atender tal segmento. Devido a este crescimento, as entidades incluídas no Terceiro Setor necessitam cada vez mais, evidenciar de forma clara e objetiva, o resultado de suas operações, portanto, faz-se necessário o preparo de profissionais. Essas entidades por terem alguns benefícios fiscais como a imunidade tributária, por exemplo, devem ter grande preocupação em atender satisfatoriamente às exigências do fisco, como também da contabilidade societária a fim de atingir a transparência e a realidade das informações contábeis da entidade.

Palavras-chave: Terceiro Setor. Instituições Religiosas. Mensuração Contábil. Contabilidade Eclesiástica. Fiscalização.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo principal estudar a Contabilidade Eclesiástica que é aplicável às igrejas, entidades que pertencem ao Terceiro Setor. O estudo tem a finalidade de verificar os registros contábeis das igrejas e capelas da Paróquia Nossa Senhora de Fátima na cidade de João Monlevade em Minas Gerais.

Este trabalho tem também, a finalidade de comprovação da seriedade da entidade, analisar as peculiaridades contábeis das entidades do Terceiro Setor, verificar a transparência necessária de suas informações perante a sociedade e a mensuração contábil realizada na Paróquia.

A paróquia analisada possui registros contábeis, presta contas à Diocese de Itabira e Coronel Fabriciano, com sua sede na cidade de Itabira. Apresenta seus relatórios aos membros, comprovando sua preocupação com relação à transparência das informações.

As Instituições Religiosas vêm ocupando espaços cada vez maiores no Brasil e no mundo, e a Contabilidade precisa se atualizar para atender tal segmento. As igrejas possuem um amplo espaço para a atuação de um contador, já que seus administradores, os padres, não possuem formação e nem preparação adequadas

para tamanha responsabilidade. Devido a este crescimento, as entidades incluídas no Terceiro Setor, necessitam, cada vez mais, evidenciar de forma clara e objetiva, o resultado de suas operações.

Os profissionais contábeis não estão preparados para a contabilização das Entidades Sem Fins Lucrativos. Devido o crescimento destas entidades, torna-se interessante o preparo destes profissionais.

Portanto, faz-se necessário o preparo de profissionais. Essas entidades por terem alguns benefícios fiscais como a imunidade tributária, por exemplo, devem ter grande preocupação em atender satisfatoriamente às exigências do fisco, como também da contabilidade societária a fim de atingir a transparência e a realidade das informações contábeis da entidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este artigo visa atender os objetivos do trabalho de forma a evidenciar a importância e necessidade de auxílio contábil dentro das organizações do terceiro setor, devido a sua complexidade e falta de profissionais aptos a traduzir a linguagem contábil para o cotidiano dos administradores dessas entidades a fim de trazer uma padronização fidedigna e de fácil interpretação aos usuários.

2.1 Terceiro Setor

A Interpretação Técnica Geral 2002 item 3 estabelece que:

a entidade sem finalidade de lucros pode exercer atividades, tais como as de assistência social, saúde, educação, técnico-científica, esportiva, religiosa, política, cultural, beneficente, social e outras, administrando pessoas, coisas, fatos e interesses coexistentes, e coordenados em torno de um patrimônio com finalidade comum ou comunitária.

Terceiro setor está baseado em organizações com finalidade sociais, ao invés de econômicas, sendo que em sua essência envolvem trabalhos artísticos, religiosos, sindicais, de caridade, entre outros trabalhos voluntários.

Está voltado à busca do bem coletivo, sem esperar o retorno financeiro para benefício próprio, e sim o da sociedade, e aos que estiverem sem o aparato dos serviços públicos, que se encontram cada vez mais escassos e de difícil acesso àqueles que mais necessitam dos mesmos. O terceiro setor tenta suprir essa deficiência do estado.

E por fim ressaltando um requisito fundamental do terceiro setor instituído na ITG 2002 é que os registros contábeis pertinentes devem evidenciar as contas de receita e despesa com e sem gratuidade, lembrando que apesar de haver grandes semelhanças com a contabilidade mercantil, a mesma possui nomenclaturas próprias como, por exemplo, as contas que indicam se houve ganho ou perda no período chamados de superávit e déficit de forma a identificar a atividade exercida.

Outra conta que possui nomenclatura própria é a conta Capital Social do Patrimônio Líquido, que no terceiro setor denomina-se Patrimônio Social.

2.2 Reconhecimento Jurídico

De acordo com a legislação pertinente a constituição de quaisquer pessoas jurídicas, pode-se ressaltar que a Igreja é uma sociedade auto-regulamentar, que podia se autogovernar, entretanto a mesma deve se ater as estruturas jurídicas impostas pelo código civil.

O Código Civil (BRASIL, 2002), no seu artigo 44 parágrafo 1, estabelece que:

São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.

2.3 Contabilidade Eclesiástica

A contabilidade eclesiástica é a mesma contabilidade tradicional, porém seguindo as padronizações exigidas legalmente pela Interpretação Técnica Geral 2002 que institui todo o processo de critérios e procedimentos específicos a este setor, que

também se pode verificar através das Normas Brasileiras de Contabilidade (CFC, 2012) para entidades sem fins lucrativos.

ITG 2002 (R1) 4 – Aplicam-se à entidade sem finalidade de lucros os Princípios de Contabilidade e esta Interpretação. Aplica-se também a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas ou as normas completas (IFRS completas) naqueles aspectos não abordados por esta Interpretação.

Afirmando o que já foi dito anteriormente os registros contábeis das entidades sem fins lucrativos devem ser feitos seguindo as Normas, Resoluções e os Princípios de Contabilidade.

Sobre contabilidade eclesiástica, Delaméa, (2001, p.13) afirma que:

A Contabilidade Eclesiástica apresenta-se como um peculiar desafio para os profissionais da contabilidade e, ao mesmo tempo, constitui-se em fonte de inspiração para o sistema de contabilidade de organizações complexas como o da Igreja Católica. A compreensão do universo da contabilidade envolve uma série de questões que, por sua vez, desdobram-se a partir de quatro vetores básicos: há uma questão de conhecimento científico, há uma questão técnica/operacional, há uma questão social e, há por fim, uma questão gerencial.

2.4 Demonstrações Contábeis das Entidades Religiosas

A Interpretação Técnica Geral 2002 item 22 (Conselho Federal de Contabilidade, 2012) estabelece que:

As demonstrações contábeis, que devem ser elaboradas pela entidade sem finalidade de lucros, são o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas, conforme previsto na NBC TG 26 ou na Seção 3 da NBC TG 1000, quando aplicável.

2.4.1 Balanço Patrimonial

De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (CFC, 2012), Balanço Patrimonial tem por finalidade principal evidenciar a situação financeira e patrimonial da entidade em dado momento.

Representa, portanto, uma posição estática. Compõe-se de Ativos, Passivos e Patrimônio Líquido.

Conforme o § 1º do Artigo 176 da Lei 6.404/76, as demonstrações de cada exercício serão publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior, para fins de comparação.

2.4.2 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

Demonstração do resultado do exercício (DRE) é um relatório contábil elaborado em conjunto com o balanço patrimonial, que descreve as operações realizadas pela empresa em um determinado período.

No Brasil a DRE deve ser elaborada obedecendo ao princípio do Regime de Competência. Segundo o Manual de Contabilidade Empresarial “Por este princípio, as receitas e as despesas devem ser incluídas na operação do resultado do período em que ocorreram, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independente de recebimento ou pagamento”.

Nota-se, assim, que a DRE é elaborada ao mesmo tempo em que se define o balanço patrimonial e que não é possível conceber este relatório dissociado deste outro instrumento contábil.

Seu objetivo é demonstrar a formação do resultado líquido em um exercício através do confronto das receitas, despesas e resultados apurados, gerando informações significativas para tomada de decisão.

Segundo Marion (2003, p. 127) “A DRE é extremamente relevante para avaliar desempenho da empresa e a eficiência dos gestores em obter resultado positivo. O lucro é o objetivo principal das empresas”.

De acordo com Gonçalves (1996, p.315) “A Demonstração do Resultado do Exercício apresenta, de forma resumida, as operações realizadas pela empresa,

durante o exercício social, demonstrada de forma a destacar o resultado líquido do período”.

Para Iudícibus (2004, p.194) “A Demonstração do Resultado do Exercício é um resumo ordenado das receitas e despesas da empresa em determinado período. É apresentada de forma dedutiva (vertical), ou seja, das receitas subtraem-se as despesas e em seguida, indica-se o resultado (lucro ou prejuízo)”.

A Demonstração do Resultado, algumas vezes denominada Demonstração do Desempenho Financeiro ou também Demonstração de Receitas e Despesas, nas Entidades do Terceiros Setor são denominadas, normalmente, Demonstração do Superávit ou Déficit do Período.

Na Demonstração do Resultado, as palavras lucro ou prejuízo devem ser substituídas por superávit ou déficit. As receitas e as despesas devem ser reconhecidas, mensalmente, respeitando o regime contábil de competência.

De acordo com a proposta de consolidação das normas contábeis aplicadas às entidades do Terceiro Setor (Normas Brasileiras de Contabilidade – Entidade sem Finalidade de Lucro), admite-se o reconhecimento Caderno de Procedimentos Aplicáveis à Prestação de Contas das Entidades do Terceiro Setor (FUNDAÇÕES) 24 da receita no momento de seu recebimento nos casos em que não há base de confrontação com custos ou despesas ao longo dos períodos beneficiados.

2.4.3 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidades (CFC, 2012) a DMPL é uma demonstração mais completa e abrangente, já que evidencia a movimentação de todas as contas do patrimônio líquido durante o exercício social, inclusive a formação e utilização das reservas não derivadas do lucro.

As alterações no patrimônio líquido da entidade entre duas datas de demonstrações contábeis refletem o aumento ou a redução nos seus valores durante o período. A

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido apresenta o resultado (superávit ou déficit) da entidade para um período contábil; os itens de receita e despesa reconhecidos diretamente no patrimônio líquido no período; os efeitos das mudanças de práticas contábeis e correção de erros reconhecidos no período; os aumentos ou diminuições nos fundos estatutários eventualmente existentes; e as dotações integralizadas pelos associados.

2.4.4 Notas explicativas

A publicação de Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras está prevista no § 4º do artigo 176 da Lei 6.404/1976 (Lei das S/A), adiante transcrito:

"as demonstrações serão complementadas por Notas Explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício".

As Notas Explicativas visam fornecer as informações necessárias para esclarecimento da situação patrimonial, ou seja, de determinada conta, saldo ou transação, ou de valores relativos aos resultados do exercício, ou para menção de fatos que podem alterar futuramente tal situação patrimonial.

As Notas Explicativas poderão estar relacionadas a qualquer outra das Demonstrações Financeiras.

E ainda segundo a Interpretação Técnica Geral 2002 item 27, as demonstrações contábeis devem ser completadas por notas explicativas que contenham, pelo menos, as seguintes informações:

- a) contexto operacional da entidade, incluindo a natureza social e econômica e os objetivos sociais;
- b) os critérios de apuração da receita e da despesa, especialmente com gratuidade, doação, subvenção, contribuição e aplicação de recursos;
- c) relação dos tributos objeto de renúncia fiscal;
- d) as subvenções recebidas pela entidade, a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes dessas subvenções;
- e) os recursos de aplicação restrita e as responsabilidades decorrentes de tais recursos;
- f) os recursos sujeitos a restrição ou vinculação por parte do doador;
- g) eventos subsequentes à data do encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da entidade;

- h) as taxas de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações em longo prazo;
- i) informações sobre os seguros contratados;
- j) a entidade educacional de ensino superior deve evidenciar a adequação da receita com a despesa de pessoal, segundo parâmetros estabelecidos pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação e sua regulamentação;
- k) os critérios e procedimentos do registro contábil de depreciação, amortização e exaustão do ativo imobilizado, devendo ser observado a obrigatoriedade do reconhecimento com base em estimativa de sua vida útil;
- l) segregar os atendimentos com recursos próprios dos demais atendimentos realizados pela entidade;
- m) todas as gratuidades praticadas devem ser registradas de forma segregada, destacando aquelas que devem ser utilizadas na prestação de contas nos órgãos governamentais, apresentando dados quantitativos, ou seja, valores dos benefícios, número de atendidos, número de bolsistas com valores e percentuais representativos;
- n) a entidade deve demonstrar, comparativamente, o custo e o valor reconhecido quando este valor não cobrir os custos dos serviços prestados.

3 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

A paróquia Nossa Senhora de Fátima, analisada neste trabalho, foi fundada em trinta de maio de mil novecentos e sessenta e seis e está situada na cidade de João Monlevade, no interior do Estado de Minas Gerais, a 120 km da capital mineira Belo Horizonte.

A Paróquia Nossa Senhora de Fátima é composta pela Capela Nossa Senhora da Saúde, localizada nas dependências do Hospital Margarida, pela igreja Matriz Nossa Senhora de Fátima, ambas no bairro Vila Tanque, onde também está situada a Secretaria da Paróquia, e pela Capela Nossa Senhora da Conceição no Bairro Baú.

O administrador paroquial é o padre Ricardo José Perdigão Caricati, que também administra a Paróquia São José Operário.

A paróquia vem crescendo substancialmente, devido à grande peregrinação de fiéis da cidade e também de várias cidades vizinhas.

As missas realizadas pelo padre Ricardo Caricati, muito apreciadas por seu carisma, tem em média um público de oitocentos fiéis.

4 METODOLOGIA

Metodologia é o estudo da organização, dos meios percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. Metodologia Significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica.

Para a realização deste trabalho, foram adotados os seguintes métodos: Quanto à abordagem, foi utilizada a Pesquisa Qualitativa, que é aquela que não se preocupa com representação numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.

Quanto à natureza, foi utilizada a Pesquisa Aplicada, que objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais.

Quanto aos objetivos, foi utilizada a Pesquisa Exploratória que tem como objetivo, proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.

Quanto aos procedimentos técnicos, foi utilizada a Pesquisa Bibliográfica, que é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos.

Também foi utilizada quanto aos procedimentos técnicos, a Pesquisa Documental, buscando os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las.

A Pesquisa de Campo, também foi utilizada como procedimento técnico, que se caracterizou pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, foi realizada coleta de dados junto à secretaria da Paróquia Nossa Senhora de Fátima em João Monlevade e da secretaria da Diocese em Itabira.

5 ANÁLISE DE DADOS

A paróquia Nossa Senhora de Fátima localizada na cidade de João Monlevade-MG, abriu suas portas para se fazer análises contábil de suas movimentações e conseqüentemente de seus lançamentos contábil, para verificação com as normas vigentes a fim de segmentar o trabalho de conclusão de curso.

Foi verificado que a paróquia acima mencionada presta contas à Diocese de Itabira e Coronel Fabriciano, e para executar tal tarefa possui um software que envia dados mensais, dados esses que alimenta o programa utilizado por todas as secretarias paroquiais, onde cada secretaria lança todas as suas transações financeiras, como entradas e saídas, recebimentos de doações, ofertas e dízimo.

Ao final do exercício, a contabilidade da diocese elabora as demonstrações contábeis, exigidas pela legislação.

Com base no exposto não podemos coletar dados referenciados a valores então seguimos nossa pesquisa no aspecto legal da exigência dos registros e apuração dos demonstrativos necessários e podemos apurar o seguinte:

Analisando o livro Balanço Geral da Diocese, puderam-se observar as seguintes demonstrações realizadas:

- a) Balanço Patrimonial;
- b) Demonstração do Resultado do Exercício;
- c) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- d) Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- e) Demonstração das origens e aplicações de recursos;

Ficando evidenciado nessas demonstrações que não haviam informações complementadas por notas explicativas, conforme previsto na ITG 2002 item 27.

Foi disponibilizado pela contabilidade da Diocese, para análise sem extração de dados, apenas o livro Balanço Geral do Exercício 2013, com alegação de que o Balanço Geral do Exercício 2014 ainda não havia sido finalizado.

Constatando assim uma deficiência nos lançamentos contábeis da Diocese, como por exemplo, a falta das notas explicativas e o livro com as informações contábeis do exercício 2014.

A Paróquia Nossa Senhora de Fátima, aplica os seus recursos financeiros, fruto das doações e campanhas, em prol da melhoria das instalações físicas da igreja e capelas, proporcionando para os fiéis mais comodidade e facilidade em acesso e acomodações. Preocupando-se sempre com o bem estar da comunidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho tem como objetivo principal estudar a Contabilidade Eclesiástica que é aplicável às igrejas, entidades que pertencem ao Terceiro Setor. O estudo verificou os registros contábeis das igrejas e capelas da Paróquia Nossa Senhora de Fátima na cidade de João Monlevade em Minas Gerais. Este trabalho teve também, a finalidade de comprovação da seriedade da entidade, analisar as peculiaridades contábeis das entidades do Terceiro Setor.

Verificou-se a transparência necessária de suas informações perante a sociedade e a mensuração contábil realizada na Paróquia. As paróquias possuem amplo espaço para a atuação de um contador, já que seus administradores, os padres, não possuem formação qualificada para tamanha responsabilidade.

A paróquia analisada possui registros contábeis, presta contas à Diocese de Itabira e Coronel Fabriciano, com sua sede na cidade de Itabira. Apresenta seus relatórios aos membros, comprovando sua preocupação com relação à transparência das informações.

As Instituições Religiosas vem ocupando espaços cada vez maiores no Brasil e no mundo, e a Contabilidade precisa se atualizar para atender tal segmento. Devido a este crescimento, as entidades incluídas no Terceiro Setor necessitam cada vez mais, evidenciar de forma clara e objetiva, o resultado de suas operações, portanto, faz-se necessário o preparo de profissionais.

Essas entidades por terem alguns benefícios fiscais como a imunidade tributária, por exemplo, devem ter grande preocupação em atender satisfatoriamente às exigências do fisco, como também da contabilidade societária a fim de atingir a transparência e a realidade das informações contábeis da entidade.

Pôde-se também verificar que a paróquia analisada se preocupa com a importância da contabilidade na gestão da entidade, da transparência e elaboração dos registros contábeis que protegem a sua autenticidade e seriedade diante dos membros e sociedade.

Preocupa-se também com a sua continuidade, comprovando ao fisco o reinvestimento dos recursos obtidos nela própria.

A respeito da publicação das demonstrações contábeis, pôde ser percebida a deficiência da ausência de notas explicativas na divulgação dos balanços, bem como atrasos na execução dos demonstrativos há tempo hábil.

Finalizando assim o trabalho, sugere-se uma proposta que o estudo já realizado seja novo objeto de estudo, a fim de evidenciar possíveis mudanças nas deficiências detectadas na contabilidade da diocese no que tange as demonstrações contábeis.

ACCOUNTING IN RELIGIOUS INSTITUTIONS

ABSTRACT

This article aims to study the Ecclesiastical accounting that applies to churches, organizations belonging to the Third Sector. The study aims to verify the accounting records of the churches and chapels of the Parish of Our Lady of Fatima in João Monlevade in Minas Gerais. This work has also the purpose entity the seriousness of the evidence, analyzing the financial peculiarities of the third sector entities. Check the necessary transparency of their information to society and the accounting measurement performed in the parish. The parishes have ample space for the work of an accountant, as its officers, priests, have no qualified training for such responsibility. The parish has analyzed accounting records, reports to the Diocese of Itabira and Coronel Fabriciano, with its headquarters in Itabira. It presents its reports to members, proving its concern about the transparency of information. Religious institutions are occupying more and more space in Brazil and worldwide and accounting needs to be updated to meet this segment. Due to this growth, the entities included in the third sector increasingly need, disclose in a clear and objective way, the results of its operations, so it is necessary to prepare professionals. These entities to have some tax benefits such as tax exemption, for example, should have great concern satisfactorily meet the requirements of the tax authorities, as well as the corporate accounting in order to achieve transparency and the reality of the entity's financial statements.

Keywords: Third Sector. Religious institutions. Accounting measurement. Ecclesiastical accounting. Supervision.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código civil brasileiro**. (2002) Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 22 set. 2015.

BRASIL. **Constituição da república federativa do brasil**. (1988) Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 22 set. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Interpretação técnica geral ITG 2002 R1. Entidade sem finalidade de lucros**. Disponível em: <<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/norma-brasileira-contabilidade-nbc-itg-2002-r1.htm>>. Acesso em: 06 out. 2015.

DELAMÉA, E. **Contabilidade eclesiástica**. Algumas questões operacionais. São Paulo: Loyola, 2001. p.13.

GONÇALVES, Eugênio Celso; BAPTISTA, Antônio Eustáquio. **Escrituração**. In: __. **Contabilidade geral**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996. p. 315.

IUDICIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos, **Contabilidade comercial**. 6. ed. São Paulo, Atlas, 2004. p. 194.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 127.

ZANLUCA, Júlio César. **A contabilidade do terceiro setor**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/terceirosetor.htm>>. Acesso em: 06 out. 2015.